

Cartilhas para Emendas Orçamentárias: 2017

PREZADO (A) PARLAMENTAR

Com o objetivo de auxiliar o trabalho de Vossa Excelência quando da elaboração de emendas ao Orçamento Geral da União de 2017, o Ministério da Justiça e Segurança Pública faz chegar a suas mãos este Guia para Elaboração de Emendas Parlamentares. O Ministério atua em temas variados e, caso V. Exa. decida priorizar a alocação de recursos públicos em ações de combate às drogas e aos crimes violentos, fortalecimento das fronteiras, apoio ao sistema penitenciário, defesa dos direitos do consumidor e da mulher, dentre outros temas, pretende-se, com este Guia, contribuir e trazer esclarecimentos sobre algumas ações prioritárias desenvolvidas pela Pasta.

De forma sucinta, o Guia divulga as ações orçamentárias, suas finalidades, destinações, públicos beneficiários e meios para obter informações complementares. Traz também as orientações quanto ao preenchimento do formulário, com todas as informações técnicas necessárias para apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) referente ao exercício de 2017. Neste ano, estruturou-se as atividades do Ministério nos seguintes programas: Segurança Pública, Sistema Penal, Política sobre Drogas, Proteção ao Consumidor, Acesso à Justiça e Cidadania, Política para as Mulheres.

Também são apresentadas sugestões de emendas orçamentárias específicas a serem oferecidas por meio de aplicação direta. Esta execução direta, na maior parte dos casos, será realizada por meio de processo licitatório nacional e homogêneo conduzido pelo próprio Ministério, com posterior doação aos entes federados ou organismos indicados pelos(as) parlamentares proponentes. Com isso, espera-se assegurar maior economia para os cofres públicos, bem como maior celeridade, padronização e uniformização na implementação das políticas públicas por meio da alocação de emendas parlamentares.

Entende-se que é por meio da participação ativa do Congresso Nacional, aprovando as leis e medidas necessárias, que o Brasil avança para assegurar mais desenvolvimento com menos desigualdade, mais crescimento econômico com maior inclusão social e menos pobreza. O Congresso tem tido e certamente jamais deixará de exercer papel fundamental para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública possa cumprir sua missão de garantir

e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a Sociedade.